



## A Agenda de Segurança da República Egípcia no Continente Africano: De Gamal Nasser a Abdel-Sisi

**Resumo:** O objetivo central deste texto consiste na investigação, e elucidação, das principais pautas e estratégias políticas relacionadas a temáticas egípcias de segurança frente ao continente africano após a instauração da República em 1953. Neste sentido, torna-se necessário ressaltar a convergência entre as agendas de segurança conectadas à manutenção da soberania estatal, como a defesa de fronteiras e dissuasão militar, assim também como temas que estejam interseccionados com a segurança multidimensional da própria população egípcia. A fim de operacionalizar tais proposições, o artigo está dividido em três tópicos: inicialmente, serão apresentados os parâmetros teóricos e conceituais utilizados neste artigo; posteriormente, será explicado o papel histórico desempenhado pelo Egito na África a partir da estruturação republicana em 1953, sob a ótica da segurança; por fim, será realizada uma investigação das principais pautas contemporâneas do Cairo para o continente. O presente artigo se utiliza do conceito de securitização, assim como dos cinco eixos temáticos de análise em segurança, ambos advindos da Escola de Copenhague. Tais teorizações visam elencar os principais modelos governamentais de ação egípcia frente aos temas abordados.

**Palavras-Chave:** Egito; Segurança; África

**Abstract:** The main objective of this text is to investigate, and elucidate, the main political guidelines and strategies of Egyptian security issues related to the African continent after the establishment of the Republic in 1953. In this sense, it is necessary to emphasize the convergence between security agendas connected to the maintenance of state sovereignty, such as the defense of borders and military deterrence, as well as themes that are intersected with the multidimensional security of the Egyptian population itself. In order to operationalize such propositions, the article will be divided into three topics: Initially, the theoretical and conceptual parameters will be presented; afterwards, will be explained the historical role played by Egypt in Africa after the republican structuring in 1953, focusing on security; ultimately, a investigation of the main contemporary guidelines of Cairo to the continent will be carried out. This paper uses the securitization concept, as well as the five thematic axes of security analysis, both coming from the Copenhagen School. These theorizations intends to demonstrante the main egyptian governmental models related to the proposed themes.

**Key-words:** Egypt; Security; Africa

### Gabriel Victor Silva Paes

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional - UFRJ; Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IBMR; Assistente de Pesquisa pelo Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval no subgrupo "Biodefesa e Segurança Alimentar"; Pesquisador Voluntário pelo NUPREM-IBMR com enfoque na MINUSCA.



## 1 Introdução

Durante as mais de seis décadas da instauração republicana no Egito, o país perpassou por processos que trariam grandes reverberações no ordenamento político do oriente médio. A Conferência de Bandung, as inúmeras guerras contra Israel - assim como seu posterior processo de paz - e a liderança egípcia no processo pan-arabista, são exemplos da importância do Cairo para os temas de segurança no “mundo árabe” e que já possuem uma vasta literatura acadêmica correspondente<sup>1</sup>.

Neste sentido, a presente pesquisa se justifica por apresentar um novo olhar sobre a perspectiva egípcia para todo o continente africano. Principalmente, tendo em vista as diversas dinâmicas que correlacionam a concepção de segurança do Cairo aos ordenamentos conjunturais na África, assim como a relação do país frente a nações específicas como Líbia, Sudão e Etiópia no que concerne à sua própria estabilidade doméstica e a manutenção da soberania estatal.

Atualmente, a República Árabe do Egito constitui-se como o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) da África e ocupa a mesma posição no que se refere à população total, chegando a um número de aproximadamente 100 milhões de habitantes (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2020). Em adição, o país detém capacidades militares que permitem a classificação deste como uma potência regional, destacando-se pelos mais de 400 mil membros ativos nas Forças Armadas regulares, o maior contingente de toda a África (THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2019).

A posição geoestratégica do país mostra-se igualmente importante para a compreensão do Egito no continente africano, uma vez que o mesmo é peça fundamental para a manutenção do comércio marítimo entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo, através do Canal de Suez. Não obstante, o país coloca-se como uma via de trânsito entre a África e a Ásia, sendo responsável por um contingente significativo de migrantes e turistas. Em adição, o Egito faz fronteira com nações como a Líbia e o Sudão, ambas de grande relevância para a estabilidade política no norte da África – tendo em vista seus extensos territórios, consideráveis contingentes populacionais e heranças institucionais militaristas, mas que no momento presente passam por severas crises endógenas e têm contribuído para o surgimento de novos atores capazes de antagonizar as instituições previamente solidificadas.

---

<sup>1</sup> Acerca da proeminência do Egito no mundo árabe durante as décadas de 1950 e 1960, recomenda-se: (CLEVELAND & BUNTON, 2016 [Capítulo 16]), (DAWISHA, 1976) e (FERRIS, 2013).

Neste contexto, o presente artigo buscará compreender quais as principais pautas de segurança do Egito, no âmbito do continente africano, e como estas foram, e têm sido, operacionalizadas. Portanto, esta pesquisa buscou responder a seguinte questão: que lugar a dimensão africana ocupa na agenda de segurança da República egípcia?

A fim de operacionalizar tal proposição, a metodologia de pesquisa estará baseada em um estudo de caso com foco na dimensão qualitativa de dados referenciais, no intuito de prover uma estrutura ampla de abordagem ao tema. A elaboração do texto terá um enfoque inicial na descrição e problematização dos conceitos a serem empregados, seguido por uma compreensão do papel histórico desempenhado pelo Egito no continente africano, sob a ótica da segurança, a partir da instauração republicana em 1953. Logo após, serão analisadas as principais pautas contemporâneas de segurança na política externa egípcia frente à África, e finalizando com uma interpretação dos desafios postos ao governo de Abdel Sisi –muitos destes, herdados- e a aplicação dos parâmetros teóricos sob o estudo de caso.

## 2 Os Estudos de Segurança sob a Égide da Escola de Copenhague

As Relações Internacionais, enquanto disciplina, por décadas atrelaram a temática de segurança a uma concepção intimamente conectada ao Estado nacional e suas relações de poder com outros atores de mesma natureza política. As discussões encontravam-se fragmentadas entre os que advogavam por uma coesão institucional, com vistas à cooperação política e ao comércio, e aqueles que prezavam pela compreensão do agente estatal *per se*, estimulando debates relacionados à sua natureza constitutiva racional, assim como a disputa interestatal em um sistema de competição internacional anárquico, com os atores voltados à autodefesa<sup>2</sup> (HAMA, 2017).

Contudo, os estudos da chamada Escola de Copenhague propuseram uma importante reformulação. Esta escola não retira o papel desempenhado pelo Estado nacional em sua observância, mas agrega-o à perspectivas que dialogam com temas que transcendem as dinâmicas interestatais no jogo de poder e o exercício da autoridade interna. Neste sentido, o autor Barry Buzan define o conceito de segurança em cinco setores: político, social, ambiental, econômico e militar (BUZAN, WEAVER & WILDE, 1998, p. 7 e 8). Não obstante, a elaboração dos conceitos de politização e securitização se fazem relevantes para a compreensão da problemática proposta.

---

<sup>2</sup> Acerca da epistemologia das teorias de Relações Internacionais, consultar: CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012. (Capítulo 3).

A politização pode ser compreendida a partir de uma retórica, advinda de membros da classe política - ou que influam de maneira direta, ou indireta, sobre esta -, posta sobre determinada agenda, ou objeto, descrevendo tal variável como sendo uma questão de relevância nacional (HAMA, 2017, p. 7).

A securitização, por sua vez, aparece em uma etapa posterior à politização. Todavia, Buzan, Weaver e Wilde (1998) explicitam a necessidade de três estruturas-chave para a plena implementação deste segundo processo: A medida securitária - que pode ser compreendida como a identificação de uma ameaça -, as atitudes emergenciais e não usuais, assim como a aquiescência do público alvo (HAMA, 2017, p.7).

Torna-se necessário refletir que a securitização não pode ser arbitrariamente imposta à sociedade por parte de macro atores. É vital para a consolidação do processo securitário a anuência dos receptores quanto à emergência do tema em questão. É esta anuência que permite os agentes decisórios a se utilizarem de mecanismos excepcionais ao ordenamento comum das instituições, convenções, e costumes vigentes até então. Segundo Buzan, Weaver e Wilde:

Nós não forçamos a demanda ao ponto de dizer que uma medida de emergência deve ser adotada, somente que a ameaça existente deve ser *discutida* e apenas ganhar uma *ressonância suficiente* para criar uma plataforma a partir da qual será possível legitimar medidas emergenciais ou outros passos que não teriam sido possíveis se o discurso não tivesse assumido a forma de ameaças existentes, um ponto sem retorno, e necessidade. Caso não apareçam sinais de tal aceite, nós apenas podemos nos referir a uma medida securitária, e não de algum objeto sendo efetivamente securitizado (1998, p. 25).<sup>3</sup>

Tais dinâmicas demonstram como os processos de securitização estão atrelados às narrativas, moldadas sob circunstâncias e conjunturas que as tornam suscetíveis ao desengajamento, caso não sejam constantemente renovadas. Torna-se relevante frisar que o conceito de ameaça é heterogêneo e está relacionado intrinsecamente à sua percepção como tal, por isso a necessidade constante do Estado em consolidar e estruturar o processo inicial de politização a fim de torná-lo uma agenda securitária (BUZAN, WEAVER & WILDE, 1998, p. 21-26).

Neste sentido, e tendo por base ambos os conceitos de securitização -e suas etapas prévias-, assim como os cinco setores para a análise de segurança, o enfoque dado ao Egito mostra-se bastante oportuno, em virtude de uma elevada dicotomia presenciada entre as

---

<sup>3</sup> Tradução e ênfases realizadas pelo autor.

necessidades e demandas *in loco* da população, frente às políticas efetivadas pelas classes dominantes do aparato institucional no Cairo.

Com relação à esta dicotomia, cabe ressaltar que a Escola de Copenhague evoca a coexistência de uma segurança estatal e outra societal –sendo a sociedade o principal objeto de análise nesta última-. Em suma, pode-se afirmar que a segurança, na visão do Estado, é uma ferramenta de manutenção à sua soberania, enquanto que, para a sociedade, a segurança visa proteger sua própria identidade constitutiva (HAMA, 2017, p. 4). Desta forma, a depender do caso em questão, podemos denotar que existe uma forte relação de antagonismo entre estas duas perspectivas, já que a percepção societal de uma ameaça pode não ser interpretada da mesma forma pelo Estado, e vice versa, deflagrando assim importantes fissuras para a estabilidade endógena de um ator estatal.

Sendo assim, o artigo buscará diluir tais debates e arcabouços em meio à descrição da agenda de segurança estatal do Egito, focalizando nas políticas empreendidas pelos tomadores de decisão do Estado, porém buscando inflexionar tais proposições em relação à conjuntura vivenciada pelos atores sociais.

### **3 A Política Externa Egípcia no Continente Africano: Da Proclamação da República à Primavera Árabe**

#### **3.1 O Egito Republicano e as Bases *Nasseristas* para a África**

Apesar de ter angariado sua independência em relação ao Reino Unido no ano de 1922, o Egito manteve-se na esfera de influência britânica nas décadas seguintes, tamanha era a importância geoestratégica egípcia, sobretudo pelo Canal de Suez, para os interesses de Londres no comércio oriental (ROUSSILLON, 2008). Durante o período do Reino do Egito (1922-1952), alguns movimentos intelectuais buscaram aproximar a cultura local dos ideais ocidentais, especialmente por conta da forte presença britânica na região, assim como pela herança da dominação francesa (1798-1801) e o comércio milenar junto à Europa através do Mediterrâneo (DAWISHA, 2003).

Neste sentido, pouca atenção fora dada ao continente africano por parte dos mandatários egípcios, com ressalvas à proximidade do país junto ao Sudão, especialmente por conta da utilização do rio Nilo e a dinâmica de subordinação política desse em relação ao Cairo. Contudo, a insurgência do Movimento dos Oficiais Livres (1952) fora responsável por iniciar um processo de priorização do continente africano na política externa egípcia

(HEMAID, 2017). Tal revolução caracterizou-se pela derrubada do regime monárquico vigente e fora capitaneado por alas das forças militares, assim como setores menos abastados da sociedade, que se mostravam contrários às políticas executadas pelo Rei Farouk, sobretudo referentes à submissão do Egito na sua relação com as potências externas (KAMRAVA, 2005).

O arquiteto da revolução egípcia de 1952, Gamal Abdel Nasser, postulou seus ideais de longo prazo para a nova condução da política no Egito. Neste sentido, confere grande ênfase a sua teorização para a existência de três círculos que permeiam a identidade egípcia, constituídos das esferas árabe, africana e islâmica. Em adição, as teorias alavancadas por ele serviriam como base para a promoção das políticas egípcias de segurança em meio à África nos anos e décadas seguintes (NASSER, 1955).

Nasser observava os círculos árabe e islâmico como sendo intimamente ligados à identidade egípcia, frutos de longos intercâmbios históricos entre os povos falantes da língua árabe e atrelados à religião islâmica, transpassando fronteiras políticas artificiais e constituindo-se em denominadores comuns para a aproximação sociocultural entre os habitantes da região. Cabe ressaltar que, ao se referir à fé islâmica, há a compreensão das heranças culturais trazidas pela religião à modelagem das populações abarcadas pela mesma, contudo, os “Oficiais Livres” eram defensores do secularismo e ativamente avessos à condução política com base em doutrinas religiosas (KASHGARI, 2011).

A dimensão africana, por sua vez, chama a atenção pela natureza geoestratégica e pragmática nas proposições de Nasser. O elo entre o Egito e a África seria baseado em dois pilares: a luta anticolonial e a defesa dos interesses egípcios sobre o rio Nilo. Desta forma, os laços entre egípcios e os demais povos do continente africano seriam dotados, não de uma perspectiva integrada - como eram as dimensões árabe e islâmica-, mas sim por uma cooperação visando mitigar as dependências entre a segurança do Egito e a do restante do continente, segundo o próprio Nasser:

Não podemos fazer isto [manter-se alheios às lutas anticoloniais na África] por uma razão clara, a de que *estamos na África*. As pessoas na África continuarão a olhar para nós, que guardamos o portão nordeste do continente e que nos constituímos no elo entre o continente e o mundo exterior. Não podemos, sob qualquer condição, renegar nossa responsabilidade em ajudar, de qualquer forma possível, a difundir a luz da civilização entre as porções mais inóspitas *daquela selva virgem*. (NASSER, 1955, p. 69)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Tradução e ênfases realizadas pelo autor.

No ano de 1954, uma vez já consolidada a revolução, o Egito era uma das poucas nações independentes e com certo grau de autonomia política na África. Em virtude disto, a política externa de Nasser receberia grande atenção no continente por conta de seu ativismo contra o “imperialismo<sup>5</sup>”(NASSER, 1955). Os discursos, longos e dotados de grande personalismo, formavam a espinha-dorsal da tática política para angariar apoio por entre o entorno regional à causa anticolonial egípcia.

Ao mesmo tempo em que a “Voz dos Árabes”<sup>6</sup> propulsava a propaganda *Nasserista* por entre a população do Norte da África e Oeste asiático, outras dezenas de estações de rádio eram subsidiadas e apoiadas pelo Cairo a fim de exponencializar a retórica de autodeterminação para as demais regiões do continente africano. (KASHGARI, 2011) Não obstante, a postura de liderança durante a Conferência de Bandung (1955), a formalização de um acordo com a Tchecoslováquia para a compra de armamentos<sup>7</sup>; e, sobretudo, a nacionalização do Canal de Suez em 1956, serviram para endossar a proeminência política do Egito, não apenas no mundo árabe, mas também através da porção subsaariana do continente. (DAWISHA, 2003).

Todavia, grande parte dos esforços egípcios de política externa ainda estavam focalizados na porção norte do continente. Neste sentido, o governo do Cairo destinou considerável apoio político, material e de propaganda aos “irmãos árabes” na região, sobretudo ao fomentar a luta da Frente de Libertação Nacional (FLN) que combateu os franceses na Argélia (KASHGARI, 2011). Importante também ressaltar o acordo confeccionado em 1959 junto ao Sudão - já independente à época - a fim de delinear o apoio mútuo entre os países frente ao tema da utilização dos recursos hídricos do rio Nilo, dotando ao Egito o poder de veto no que se refere à construção de infraestruturas e a realização de demais alterações ao longo do curso fluvial até o Mar Mediterrâneo. Acerca deste acordo é relevante salientar que a Etiópia - também independente - e outras regiões que integravam a bacia do Nilo, não foram contempladas pelo arranjo (HASSAM & MOHAMD, 2018).

---

<sup>5</sup> Neste contexto, o “imperialismo” tal qual preconizado por Nasser se refere à constante ingerência das potências estrangeiras nos territórios da região – sejam estes independentes, ou ainda na posição de colônias – (NASSER, 1955; DAWISHA, 2003).

<sup>6</sup> O mais importante serviço de rádio – apesar de não ter sido o único - utilizado pelo governo egípcio para propagar ideias contra a influência de potências estrangeiras e alavancar o processo de união entre os árabes contra o “retrocesso” e a “subserviência” dos líderes locais (DAWISHA, 2003).

<sup>7</sup> Movimento inédito, à época, tendo em vista a forte presença de tropas e materiais de origem franco-britânica na região. A assinatura do contrato deu-se após a recusa de Washington para o fornecimento das mesmas, já que o Congresso estadunidense temia que tais armas pudessem ser utilizadas contra Israel. Este fora o primeiro acerto oficial de vendas militares provenientes da Cortina de Ferro ao Mundo Árabe (DAWISHA, 2003) e (HEMAID, 2017).

### 3.2 Pan Africanismo e Multilateralismo Regional

O início da década de 1960 fora de suma importância para a política egípcia no continente, tendo em vista que as nações do norte da África já possuíam sua independência formal em relação às potências franco-britânicas, assim como inúmeros movimentos de caráter anticolonial estavam em curso na porção subsaariana do continente. Contudo, a ingerência europeia - acrescida por ambições geopolíticas estadunidenses e soviéticas em meio a Guerra Fria - ainda se mantinham como entrave para os ideais políticos anticoloniais e anti-imperiais do Egito na África (ROUSSILLON, 2008).

Neste contexto, o Egito integrou a vanguarda de nações responsáveis pela criação da Organização para a Unidade Africana (OUA) em 1963. Tal organismo, precursor da atual União Africana (UA), visava propulsar a cooperação política, econômica e militar inter-regional, repulsar as diversas nuances da colonização no continente, declarava o princípio de igualdade de soberania entre os países africanos, assim como repudiava qualquer interferência em políticas domésticas dos Estados-membros (KASHGARI, 2011). Não obstante, Hemaïd (2017) enfatiza que, aliado ao fato da atuação das grandes potências externas no continente, o governo egípcio também se preocupava com o crescente estreitamento de laços políticos de nações como Etiópia, Nigéria, e Gana junto ao Estado de Israel, o que acabaria por representar uma grave limitação estratégica ao Cairo. Desta forma, a criação de uma organização política que integrasse o continente poderia capitanear a influência egípcia junto aos seus vizinhos não árabes.

Apesar de ter constituído um grande passo para o processo de integração no continente, a OUA enfrentou severas dicotomias quanto à observação do seu papel para o aprimoramento da segurança societal africana. Tal difusão de ações baseia-se em dois princípios elencados pela Carta da Organização: O princípio igualitário de soberania, e o respeito pela política doméstica dos Estados (TOURAY, 2005). Tais valores serviram rotineiramente como um pretexto à inação a fim de suprimir medidas repressivas e autoritárias, uma vez que haveria pouca ou nenhuma ingerência, por parte da OUA, em assuntos internos de um Estado-membro. Não obstante, a organização seria futuramente referenciada como “clube dos ditadores” (REYNOLDS, 2002).

Enquanto as temáticas domésticas mostravam-se um entrave para a plena operacionalização de uma África mais segura, a luta anticolonial permaneceu como um pilar

atuante dos Estados-membros, sobretudo o Egito, que arcava com porções robustas do financiamento para a efetivação de movimentos anti-imperialistas e anticoloniais ao redor do continente, assim como ecoava como uma das principais vozes políticas contra o regime do *apartheid* sul africano - chegando a interromper as relações diplomáticas com o país - e defendendo avidamente o ideal de não alinhamento do continente no âmbito da Guerra Fria, postura iniciada em Bandung (KASHGARI, 2011).

Todavia, a década de 1970 marcou um declínio na proeminência da política externa regional egípcia, tendo em vista as políticas adotadas pelo sucessor de Nasser, Anwar Sadat, que buscou se aproximar politicamente das potências ocidentais, sendo signatário dos acordos de *Camp David* em 1979, subsequentemente reconhecendo a soberania do Estado de Israel - algo inédito para uma nação árabe até então -, e acarretando na suspensão do Egito na Liga Árabe, contribuindo desta forma para o declínio da imagem egípcia como um Estado promotor da luta contra os novos moldes do colonialismo (KAMRAVA, 2005).

Contudo, torna-se importante analisar o contexto no qual Sadat buscou reformular a política externa do Egito, sobretudo em relação à África, uma vez que a conjuntura no continente desempenhou um papel de grande relevância para que o Egito optasse pela aproximação com seu inimigo histórico.

Após a derrota vexatória na Guerra dos Seis Dias (1967), as nações árabes, e especialmente o Egito, buscaram fortalecer suas posições domésticas que haviam sido severamente abaladas pelos custos multiformes da guerra. Sendo assim, a defesa e o financiamento ativo de movimentos anticoloniais pelo continente presenciaram um grande encolhimento no Cairo (FERRIS, 2013). Quando da morte de Nasser, em 1970, Anwar Sadat buscou estabelecer relações prósperas com o Ocidente a fim de reestruturar as finanças do país após consequentes e onerosos embates. As tratativas com Moscou se deterioraram ainda mais por conta das extensas dívidas<sup>8</sup> que os egípcios possuíam com os países do Pacto de Varsóvia, especialmente devido às constantes aquisições militares; a expulsão de todos os consultores soviéticos em solo egípcio no ano de 1972; assim como pela reabertura no diálogo bilateral entre Cairo e Washington após a Guerra de Outubro<sup>9</sup> (1973). A partir deste momento, o governo de Leonid Brejnev se tornaria uma grande preocupação para Sadat por conta da massiva presença soviética nos movimentos revolucionários na África, estes que buscavam reforçar os ideais socialistas no continente contra os governos por estes

---

<sup>8</sup> Além do comércio formal com o Egito, a União Soviética destinava grandes somas ao governo do Cairo no formato de doações (DAWISHA, 1979).

<sup>9</sup> Também denominada como Guerra do *Yom Kippur*.

considerados como autoritários, retrógrados e alinhados com o imperialismo ocidental (DAIGLE, 2019). Por conta das asserções descritas anteriormente, o Egito passava agora a integrar este bloco de nações, na visão das guerrilhas socialistas, tornando-o um alvo em potencial para os movimentos reformistas.

Apesar do contexto de severa instabilidade nas relações egípcio-soviéticas durante o governo Sadat, Dawisha (1979) e Kamrava (2005) demonstram que o diálogo bilateral entre Egito e União Soviética fora pautado, desde a revolução de 1952, em bases geopolíticas – evidenciadas pelo papel estratégico do Egito no continente africano, assim como por sua grande população -, e não por afinidades ideológicas. De fato, a relação entre Cairo e Moscou intensificou-se somente após a Crise de Suez, a partir da qual o governo egípcio teve que redirecionar sua busca por novas parcerias internacionais face aos recursos limitados do país para a operacionalização dos projetos governamentais, enquanto que os soviéticos buscavam expandir sua influência, até então escassa, no oriente médio.

Em meados da segunda metade dos anos 1970, Etiópia e Líbia se constituíram como as principais ameaças estatais ao Egito. Addis Abeba estava sendo governada por um movimento de orientação leninista-marxista e que atuava como intermediário na distribuição de armamentos para a atuação de guerrilhas nos países vizinhos, enquanto que a fronteira Líbia, sob o comando de Muammar Gaddafi, via-se como herdeira dos ideais pan-arabistas de Nasser e tornou-se uma voz opositora ativa ao alinhamento do Egito com os “imperialistas ocidentais sionistas”, estabelecendo parcerias militares e econômicas sólidas com Moscou a fim de contrabalançar a influência egípcia na região (DAIGLE, 2019). Não obstante, a histórica aliança egípcia com o Sudão poderia ser revertida caso os revolucionários apoiados pelos soviéticos tomassem o controle do governo de Khartoum, tendo em vista a sangrenta guerra civil que perdurava na porção centro-sul deste país.

A oposição de Sadat ao governo de Moscou o fez propor a criação de uma unidade de combate chamada de “Corpos Africanos”, formada por militares egípcios e de demais países da África<sup>10</sup> interessados na supressão de grupos e regimes “radicais” financiados pelos soviéticos (DAIGLE, 2019). Apesar de tal proposição não ter se transformado em uma realidade tácita, o Egito, após oficializar as tratativas com Israel, conseguiu atrair capitais de investimento –vitais para a retomada econômica do país-, assim como doações e armas dos

---

<sup>10</sup> Apesar de a unidade não ter se concretizado, Sadat afirmava que países como Sudão, Chade, Marrocos, Tanzânia, Zaire, entre outros, frequentemente requisitavam auxílio militar dos egípcios contra os grupos insurgentes apoiados pela União Soviética, e que essas nações teriam interesse na criação desta força de combate (DAIGLE, 2019, p. 13).

Estados Unidos<sup>11</sup>, tornando-se um dos principais aliados africanos de Washington nas décadas seguintes.

Sadat seria assassinado por militantes extremistas em 1981 e sucedido pelo seu vice-presidente –e ex-militar da Força Aérea-, Hosni Mubarak. A “era Mubarak” (1981-2011) seria conhecida pela condução conciliatória e pragmática da política externa egípcia frente às potências estrangeiras, os “irmãos árabes” e os países africanos. As dinâmicas da condução diplomática do Egito frente a atores como Israel, Estados Unidos, Líbia e União Soviética, por exemplo, permitiram ao país estabelecer uma estrutura moderada a fim de delinear os tópicos de segurança na África, equidistante da militância *nasserista* na luta contra o imperialismo sionista-ocidental e a advocacia antissoviética de Sadat (ROUSSILLON, 2008; HEMAID, 2017).

A diplomacia de Mubarak mostrou-se mais próxima ao alinhamento interno do continente, uma vez que o Egito buscou retomar seu papel de liderança regional no norte da África e na OUA. A política externa egípcia de reaproximação pode ser constatada pela readmissão do país na Liga Árabe em 1989, e também pelo enfoque dado por Mubarak à OUA, tendo servido como presidente da Organização por duas vezes durante seu período liderando o Executivo no Egito (KASHGARI, 2011).

No âmbito da OUA, a Era Mubarak coincidiu com uma nova abordagem multilateral africana, tendo em vista que grande parte das nações no continente já havia adquirido sua independência formal, desta forma redirecionando o enfoque anticolonial e de disputas fronteiriças, para um redimensionamento dos princípios de não interferência doméstica, uma vez que guerrilhas, grupos políticos opositores, e demais atores não estatais constituíam-se nas principais ameaças à estabilidade e solidariedade na África.

A cidade do Cairo, no ano de 1993, fora sede da 29ª sessão da OUA, esta que resultou na criação do Mecanismo para o Controle, Administração e Prevenção de Conflitos. Tal estrutura tornou-se um marco para a segurança estatal e societal africana, uma vez que advogava por uma capacidade holística de resposta a conflitos, em alguns casos antes que os mesmos se materializassem, integrando a *expertise* de civis e militares em comitês *ad hoc* específicos para as conjunturas que emergissem. O documento resultante desta reunião reflete esta nova postura de “autocrítica” por parte das lideranças políticas africanas:

---

<sup>11</sup> Tendo em vista o fato de que alguns parlamentares estadunidenses recebiam que, caso fomentassem o governo egípcio com armamentos e grandes fluxos de capital, estes poderiam ser redirecionados para o combate contra Israel.

[Tópico oito] Nós reconhecemos, contudo, que também houve certos *fatores humanos e políticas internas* que contribuíram negativamente para o presente estado das questões no continente. [Tópico nove] Nenhum fator interno tem contribuído mais para os atuais problemas socioeconômicos no continente do que o flagelo dos *conflitos dentro e entre nossos estados*. Eles trouxeram morte e sofrimento humano, espalharam o ódio e *dividiram nações e famílias*. [...] <sup>12</sup> (AFRICAN UNION, 1993, p. 11-12)

Ao final dos anos 1990, contudo, o terrorismo<sup>13</sup> consolidou-se como uma das principais ameaças ao continente africano, sobretudo no Norte da África e a região dos Lagos. O Egito tornou-se um dos Estados mais atingidos por ataques terroristas, sobretudo por conta de suas localidades turísticas e edificações governamentais (ALBUQUERQUE, 2017, p. 15-20). Neste contexto, a OUA realizou a Convenção para a Prevenção e Combate ao Terrorismo (1999) que visava promover a cooperação interestatal no monitoramento de atividades terroristas regionais, reiterar a necessidade de adesão a instrumentos internacionais no combate ao terrorismo, garantir políticas de segurança voltadas não apenas ao aparelho estatal, mas também aos cidadãos, dentre outros tópicos (KASHGARI, 2011).

Em termos políticos, as reformas dos anos 1990 não foram plenamente capazes de defender a população civil das medidas repressivas e belicosas de muitos governantes africanos. Neste contexto, a OUA fora englobada e transformou-se na UA, com vistas a uma maior integração continental e o estabelecimento de instituições mais assertivas quanto aos litígios e instabilidades regionais. O Egito, apesar de membro desta “nova” Organização, renegou uma participação mais ativa no processo, e se manteve focado na parceria estratégica com os estadunidenses, e a manutenção do poder doméstico por parte dos militares (SILVEIRA, 2014; HEMAID, 2017).

#### 4 Por entre Disrupções e Continuidades

Quando da ebulição da Primavera Árabe, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) do Egito depôs o governo de Hosni Mubarak, que governava o país há aproximadamente trinta anos, e instaurou um processo de transição governamental. Tal ato dos militares visou a manutenção da imagem das Forças Armadas como sendo a instituição legítima dos interesses do povo egípcio, tradição inaugurada ainda na década de 50 (ABULMAGD, 2017, p. 8).

<sup>12</sup> Tradução e ênfases realizadas pelo autor.

<sup>13</sup> De maneira geral, o termo é empregado neste artigo a partir de uma perspectiva generalista tal qual preconizada por Walter Laqueur (citado em: DIEZ, BODE, COSTA, 2011, p. 227), ou seja, “[...] um uso de força não legitimado, tendo como alvo pessoas inocentes, a fim de alcançar um objetivo político [...]”.

Neste contexto, os partidos que advogavam por um governo democrático e pautado pelas leis islâmicas, modelo comumente chamado de “islã político”, ascenderam no cenário político doméstico do Egito, assim como na Tunísia e Argélia, por exemplo. Após conquistarem a maioria dos assentos parlamentares e vencerem as eleições presidenciais, os grupos islamistas passaram a travar embates consecutivos com as demais instituições seculares do país, sobretudo o Judiciário e as próprias Forças Armadas, e viram crescer uma severa polarização por entre as classes populares. Em meados de junho de 2013, o CSFA deu um ultimato ao governo islamista de Mohammed Morsi. Urgindo para que o Executivo recuasse de suas movimentações políticas que almejavam, de acordo com os opositores, a concentrar poder na figura do Presidente e aparelhar a máquina estatal com integrantes de movimentos radicais, como a Irmandade Muçulmana (SILVEIRA, 2014).

O mês de julho marcou a ebulição de massivos protestos populares contra a continuidade do governo de Morsi, ao mesmo tempo em que os apoiadores do presidente também produziram grandes manifestações. Todavia, o CSFA se aliou aos manifestantes opositores e depôs o governo apoiado pela Irmandade Muçulmana. Isto deu início a uma grande perseguição de partidários e filiados a grupos islamistas, ao mesmo tempo reprimiram firmemente as movimentações sociais que eram contrárias ao golpe de Estado (SILVEIRA, 2014, p. 15). Tais movimentos das Forças Armadas resultaram em graves danos à política externa egípcia. Enquanto as reações da comunidade internacional foram diversas, sobretudo na porção asiática do MENA<sup>14</sup>, a UA optou por uma postura mais enfática e suspendeu o Egito por inconstitucionalidade na mudança de governo.

Abdel Sisi, ex-Ministro da Defesa e um dos líderes do segundo governo provisório, fora eleito presidente em 2014. Em meio a inúmeros desafios na agenda internacional egípcia, Sisi buscou restabelecer boas relações no interior da UA (HEMAID, 2017, p. 310). Com o Egito sendo readmitido na organização naquele mesmo ano, também buscou reposicionar o país como potência regional, realizando grandes modernizações no aparato bélico das Forças Armadas egípcias a partir de uma maior aproximação com seus aliados no Golfo Pérsico e norte da África (PIAZZA, 2018, p. 12).

#### **4.1 O Rio Nilo e a Dependência Alimentar, Energética e Econômica do Egito**

A temática do rio Nilo sempre esteve presente na herança política, cultural e econômica da nação egípcia, uma vez que a milenar civilização fora assentada às suas

---

<sup>14</sup> Sigla em inglês para “Oriente Médio e Norte da África”.

margens, denotando ao país a alcunha de nação soberana nas tratativas relacionadas a um dos rios mais importantes do mundo. Todavia, a bacia hidrográfica do Nilo engloba mais de seis outros países, estes que buscam utilizar os recursos hídricos para o desenvolvimento nacional a partir da construção de represas e usinas hidrelétricas, por exemplo (MUTAHI, 2020; LACCINO, 2016).

Em 1999, os países que são atravessados pelo rio deram origem à Iniciativa da Bacia do Nilo. A principal proposição deste arranjo consistia em um ambiente institucional para a discussão, cooperação e promoção de tratativas que pudessem auxiliar na gestão sustentável dos recursos, assim como priorizar políticas conjuntas para a criação de uma estrutura permanente entre os membros, na forma de um tratado. Contudo, após uma década de conversações, o Egito recusou formalizar tais processos<sup>15</sup>, uma vez que os mesmos contrariavam seu papel histórico como soberano na utilização do rio (MUTAHI, 2020). Torna-se relevante ressaltar que o rio Nilo percorre um trajeto sul-norte, ou seja, o Egito é o último país perpassado pelo Nilo antes do seu deságue nas águas do Mar Mediterrâneo. Conseqüentemente, quaisquer alterações no trajeto original podem incorrer em severos constrangimentos à oferta de recursos para a subsistência da população, atividade econômica agrícola e pleno funcionamento de infraestruturas vitais como o Lago Nasser e a Represa de Aswan (HASSAM & MOHAMD, 2018).

Atualmente, a ameaça de insegurança alimentar e energética se materializa cada vez mais no Egito. A dependência do país quanto ao rio Nilo é notória, aproximadamente 90% de toda a água consumida no país é proveniente do mesmo, assim como a vasta maioria dos cidadãos encontram-se em regiões próximas ao Nilo, ocasionando uma densidade demográfica extremamente elevada na área por ele perpassada (MUTAHI, 2020). Em concomitância, relatórios recentes das Nações Unidas indicam que o Egito pode começar a sofrer com graves crises de abastecimento de água a partir de 2025, por conta de seu expressivo crescimento populacional, culminando em demandas exponenciais por recursos, assim como pelo impacto das mudanças climáticas no regime de chuvas da Bacia do Nilo (SROUR, 2018).

Levando em consideração tais análises, a disputa entre Egito e Etiópia por conta da construção da Grande Represa do Renascimento Etíope (GRRE) mantém-se como primordial para a agenda de Defesa e Segurança no Cairo. O governo etíope deu início à construção da infraestrutura em 2011, no intuito de gerar energia suficiente para alimentar suas indústrias e

---

<sup>15</sup> O Sudão acompanhou seu aliado egípcio e recusou-se a instrumentalizar as conversações (MUTAHI, 2020).

atender ao mercado consumidor doméstico e regional<sup>16</sup>. Desde o início do projeto, ministros e parlamentares egípcios se opuseram a tal obra, por vezes até mesmo incitando ações militares contra a infraestrutura – fato este que não fora inédito nas relações bilaterais entre Cairo e Addis Abeba, tendo em vista que o próprio Sadat já havia ameaçado de utilizar as Forças Armadas egípcias contra a Etiópia, em 1980, a fim de rechaçar as intenções desta em construir infraestruturas que acabariam por alterar o curso do rio. (LACCINO, 2016). Contudo, as constantes instabilidades institucionais no Egito, após a deposição de Mubarak, impediram a confecção de planejamentos de longo prazo em relação ao governo etíope.

A principal questão conflitiva entre Addis Abeba e o Cairo em relação à GRRE reside no tempo de preenchimento do reservatório, uma vez que quanto menor for o prazo para início da operacionalização, maior será a quantidade de água demandada, conseqüentemente trazendo graves prejuízos à já instável oferta de recursos no Egito (SROUR, 2018). Sob o governo de Sisi, Egito e Etiópia recorreram à mediação internacional de Estados Unidos e África do Sul para buscar solucionar a problemática –negligenciando as estruturas existentes no âmbito da UA-, mas até o momento não encontraram um meio termo adequado. Tendo em vista a previsão de inauguração da GRRE para 2022, a negociação entre as partes acaba por refletir um cenário deveras alarmante e que pode vir a se tornar um *casus belli* entre os Estados (HASSAM & MOHAMD, 2018).

## 4.2 A Ofensiva Egípcia

Durante a primeira década do século XXI a ameaça representada pelos grupos terroristas manteve-se relativamente contida na África, apesar de ataques esporádicos. Contudo, a partir de 2013 o continente presenciou um aumento vertiginoso na perpetração de atentados contra a população civil e demais alvos de interesse, crescimento este ligado à atuação de grupos como *Al-Shabab*, *ISIS* e *Boko Haram* por vastas regiões do continente, sendo o Egito um dos países mais afetados (AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES, 2020).

Todavia, o governo egípcio tem se utilizado de uma série de medidas autoritárias e arbitrarias, sob a justificativa de combate ao terrorismo, a fim de reorganizar o aparato estatal com o enfoque em uma militarização do tema, fraturando ainda mais as já esparsas liberdades civil e isonomia da relação cívico-militar no país. Cabe ressaltar que o período entre 2013 e

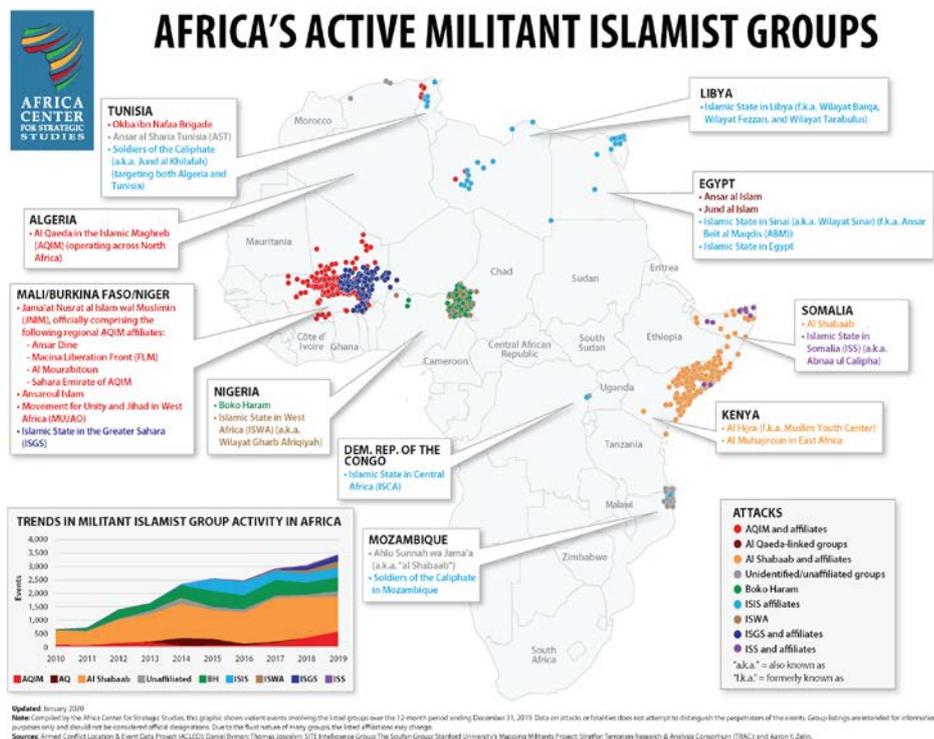
---

<sup>16</sup> Países como Sudão do Sul e Quênia não dispõem de uma distribuição sólida de energia, e estariam interessados na compra do excedente produzido pela Etiópia (MUTAH, 2020).

2014, que efetivamente marca o aumento exponencial no número de atentados pelo continente, coincidiu com a perseguição doméstica egípcia aos grupos islamistas após a deposição de Morsi, impulsionando a retórica governamental de associação direta entre estes e a instrumentalização de atos terroristas (TAHRIR INSTITUTE FOR MIDDLE EAST POLICY, 2018, p. 17).

[...] Em cada um destes sistemas judiciais, as infrações aos direitos do devido processo suscitam sérias preocupações sobre a capacidade de se efetivamente processar o terrorismo, enquanto mantendo o respeito pelos direitos humanos. A politização destes casos de terrorismo, nos quais inúmeros dissidentes pacíficos foram implicados, acabam por minar ainda mais o estado de direito. (TAHRIR INSTITUTE FOR MIDDLE EAST POLICY, 2018, p. 14 – tradução do autor, grifo do autor)

**Figura 1:** Atividade de grupos extremistas no continente africano



Fonte: AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES, 2020.

A partir de 2014, o aumento no número de atentados terroristas perpetrados domesticamente, e a conseguinte resposta militarizada do Egito, conglomerou-se com a deflagração da segunda guerra civil na Líbia, conflito no qual o presidente Sisi optou por prestar suporte ao esforço de combate das tropas lideradas pelo general Khalifa Haftar (HEMAID, 2017, p. 327 e 328). A posição do Egito na guerra está baseada na tentativa de instaurar um governo aliado que comungue de posições próximas àquelas defendidas pelas

Forças Armadas egípcias, e que seja capaz de repulsar a proeminência de grupos islamistas políticos no entorno estratégico do Cairo.

O confronto líbio possui grande destaque no âmbito das discussões na UA (INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES, 2020). No entanto, o próprio Egito e demais aliados militaristas oferecem poucas propostas de ação que ensejem o fim do conflito a partir de uma tratativa de conversações diplomáticas e cessar-fogo. Se essas propostas fossem levadas adiante, tal estratégia poderia permitir que grupos islamistas estabelecessem redes de contato e angariassem posições de governo em Trípoli. Não obstante, o contundente apoio que a Turquia tem direcionado à causa islamista no continente africano – sob a tutela do presidente conservador Recep Erdogan, sendo o principal Estado a apoiar o esforço de guerra contrário às forças de Haftar, seria fortalecido com a estabilização do conflito e o pleno reconhecimento de um governo islamista na região (CAGAPTAY, 2020, p. 177). A Turquia configura-se como o principal rival geopolítico do Egito no continente africano, uma relação instável que possui profundas raízes históricas, mas que fora acentuada com a deposição de Morsi – que comungava de valores políticos islamistas próximos aos de Erdogan – . Desde então, o governo de Ancara voltou-se à intensificação de laços políticos e econômicos com países como Líbia, Sudão e Somália, colocando em risco as alianças e a defesa dos interesses do Egito em seu próprio entorno estratégico (PIAZZA, 2018, p. 12 e 13).

Apesar de crescentes denúncias referentes a violações aos direitos humanos, tanto domesticamente quanto em países como a Líbia e o Iêmen, o governo egípcio têm se utilizado de uma ampla mediatização de sua agenda de segurança a fim de angariar preciosos recursos ao aparato militarista estatal (PIAZZA, 2018, p. 13). As detenções em massa de afiliados islamistas, e demais grupos opositores ao governo de Sisi, são acompanhadas por incursões cada vez mais robustas e ofensivas contra a presença de células terroristas, confrontações estas que são amplamente divulgadas na mídia local (TAHRIR INSTITUTE FOR MIDDLE EAST POLICY, 2018, p. 10). Não obstante, o antagonismo egípcio às ambições de Ancara o posiciona como um importante aliado de algumas potências externas, sobretudo europeias e do Golfo Pérsico, que visam retardar o ímpeto turco nas regiões do Mediterrâneo e Mar Vermelho. Esta configuração geopolítica fora responsável por permitir o acesso do governo egípcio a aeronaves multifunção MIG-29M e *Rafale*, helicópteros Ka-52, submarinos Tipo 209, e embarcações da classe *Mistral*, dentre outros equipamentos militares no estado da arte. (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES, 2020, p. 336).

No âmbito da UA, Abdel Sisi ocupou o cargo de presidente da organização entre fevereiro de 2019 até o mesmo mês de 2020. Neste período a diplomacia egípcia mostrou-se ativa na busca de ferramentas multilaterais para o enfrentamento da ameaça terrorista na África, ao mesmo tempo em que se baseou em retóricas vagas e esparsas quanto ao cenário calamitoso presenciado na Líbia (INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES, 2020). O Egito fora eleito para um mandato de três anos (2020 - 2022) no Conselho de Paz e Segurança (CPS) da UA, e sediou, em dezembro de 2019, o “12º Encontro Ministerial Ordinário do Comitê Técnico Especializado em Defesa, Proteção e Segurança” da Organização. Sisi também anunciou sua intenção de criar uma força militar conjunta para o combate ao terrorismo no continente, subordinada ao CPS, porém trata-se de uma proposição ainda embrionária e que demanda bases mais sólidas de implementação (DW, 2020).

## 5 Considerações Finais

Em se tratando de uma temática de segurança, a atuação da República egípcia no continente africano nos fornece um caso de estudo pertinente quanto às teorizações da Escola de Copenhague. O país é conduzido politicamente por integrantes das Forças Armadas desde 1953, com uma breve exceção entre janeiro de 2012 e julho de 2013, e apesar das diferenciações entre os mandatários durante esse período, a perspectiva geoestratégica militarista do Estado para com o continente se manteve como um pilar fundamental do Cairo. A busca pela manutenção de um *status quo* secular e politicamente militarizado por entre os governos de nações fronteiriças, como Líbia e Sudão, têm sido uma postura constante da política externa egípcia para a África.

A teorização *nasserista* do “círculo africano” é clara ao destituir a ação continental do Egito de qualquer proximidade emocional ou identitária – sobretudo nas porções não-árabes da África – , contrapondo-se diametralmente com a proeminência política do país em demais regiões à época, como na Síria e no Iêmen. Neste sentido, a designação de um inimigo em comum a todo o continente – seja o imperialismo, as milícias revolucionárias, ou os grupos terroristas, por exemplo – se tornou a principal ferramenta de proposições multilaterais do país ao longo dos anos. Sendo assim, ao analisarmos a posição egípcia por entre organizações como a OUA e a UA, fica nítido o distanciamento do país em tópicos que pudessem constranger a sua estratégia geopolítica, como ocorre atualmente com a questão Líbia, a sua retórica de nação soberana na utilização do rio Nilo, assim, também, como as medidas

autoritárias perpetradas domesticamente pelas elites militares no continente, estas que compartilham de expressivas similaridades com o governo do Cairo.

Cabe ressaltar a grande politização dos temas de segurança por parte do governo do Egito – utilizando-se amplamente de veiculações midiáticas para tal –, uma vez que os militares egípcios empregam tal estratégia política desde a instauração republicana. A necessidade de se transmitir a imagem dos militares como sendo os legítimos defensores do povo contra as diversas ameaças externas, corroborou para que os líderes egípcios empregassem retóricas de “vida ou morte” (LACCINO, 2016), quanto à necessidade de impedir a construção da represa etíope no rio Nilo; o respeito à vontade popular, quando dos golpes de Estado em 2011 e 2013 (SILVEIRA, 2014); sucessivas referências aos soldados e policiais empregados na luta antiterrorista como “heróis” ou “mártires” (EGYPT TODAY, 2020), dentre outros exemplos. Todavia, esta mesma retórica de proteção aos interesses populares, está intimamente interligada com uma constante manutenção do aparato repressivo estatal e a busca por parcerias externas a fim de prover o país de notáveis capacidades dissuasórias em relação às ameaças em seu entorno estratégico.

Tratando especificamente dos conceitos importados para a análise deste tema –a securitização, e os cinco setores-, o trabalho buscou demonstrar como o governo egípcio, apesar de uma crescente polarização popular, tem se utilizado extensivamente de táticas de politização, midiática –visando a aquiescência de determinados setores sociais-, e medidas securitárias a fim de justificar as intervenções endógenas e exógenas do Estado no continente. O texto também investigou como as dimensões política e militar foram dilatadas em relação aos outros três eixos de segurança descritos inicialmente. A temática do rio Nilo, vital para a segurança alimentar, energética, e econômica do Egito, está enquadrada dentro de uma abordagem belicosa e que já levou o país a ameaçar militarmente a Etiópia em plurais ocasiões. Concomitantemente, a dimensão social fora submetida, e relativizada, ao conceito de defesa da soberania estatal e a consolidação institucional, tendo em vista as inúmeras medidas restritivas domésticas e a inação multilateral ao longo do continente quanto ao respeito pelas liberdades individuais, em favor da estabilização política.

Desta forma, o continente africano, dotado de um amplo escopo de tópicos e agendas que se interseccionam com a segurança – seja esta societal ou estatal –, acaba por ter sua dimensão acoplada dentro de uma perspectiva majoritariamente militarista e voltada à questão da manutenção da soberania, por parte dos governantes no Egito.

## Referências

ABUL-MAGD, Zeinab. *Militarizing the Nation: The Army, Business, and Revolution in Egypt*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2017.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES. *Threat from African Militant Islamist Groups Expanding, Diversifying*. 18 jan. 2020. Disponível em: <<https://africacenter.org/spotlight/threat-from-african-militant-islamist-groups-expanding-diversifying/>>. Acesso em 06 jul 2020.

AFRICAN UNION. *Twenty-ninth Ordinary Session*. Disponível em: <[https://au.int/sites/default/files/decisions/9538-1993\\_ahg\\_res\\_218-227\\_xxix\\_e.pdf](https://au.int/sites/default/files/decisions/9538-1993_ahg_res_218-227_xxix_e.pdf)>. Acesso em 10 mai 2020.

ALBUQUERQUE, Adriana L. *Terrorism in Africa: A Quantitative Analysis*. FOI, 2017.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: A New Framework of Analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishing, 1998.

CAGAPTAY, Soner. *Erdogan's Empire: Turkey and the Politics of the Middle East*. Nova Iorque: Bloomsbury Publishing, 2020.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. *A History of the Modern Middle East*. Boulder: Westview Press, 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook: Egypt*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/eg.html>. Acesso em 5 jul 2020.

DAIGLE, Craig. Sadat's African dilemma: Libya, Ethiopia, and the making of the Camp David Accords. *Cold War History*. v.. 19, n.2, p. 295 - 313, 2019. doi: <https://doi.org/10.1080/14682745.2018.1547710>.

DAWISHA, Adeed. *Arab Nationalism in the Twentieth Century: From triumph to despair*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2003.

DAWISHA, Adeed. *Egypt in the Arab World: The Elements of Foreign Policy*. Londres: Halsted Press, 1976.

DAWISHA, Karen. *Soviet Foreign Policy Towards Egypt*. Londres: Macmillan Press, 1979.

Egypt President El-Sisi's One Year as Head of the African Union. *DW*. Disponível em <<https://www.dw.com/en/egypts-president-el-sisis-one-year-as-head-of-the-african-union/a-52296736>>. Acesso em 07 mai 2020.

Egypt's Sisi Mourns Bir al-Abd Terrorist Attack Martyrs. *Egypt Today*, Cairo, 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.egypttoday.com/Article/1/85281/Egypt%E2%80%99s-Sisi-mourns-Bir-al-Abd-terrorist-attack-martyrs>>. Acesso em 02 jul 2020.

ELIAS, T. O. The Charter of the Organization of African Unity. *The American Journal of International Law*, v.. 59, n. 2, p. 243 – 267, 1965. doi: <https://doi.org/10.2307/2196967>.

Ethiopia: US being 'undiplomatic' over Nile dam project. *Al Jazeera*, 4 mar. 2020. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2020/03/ethiopia-undiplomatic-nile-dam-project-200304060039736.html>>. Acesso em 23 abr 2020.

FERRIS, Jesse. *Nasser's Gamble: How Intervention in Yemen Caused the Six-Day War and the Decline of Egyptian Power*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2013.

HAMA, Hawre. State Security, Societal Security, and Human Security. *Jadavpur Journal of International Relations*; v.. 21, n. 1, p. 1-19, 2017. doi: <https://doi.org/10.1177/0973598417706591>.

HASSAM, Haitham; MOHAMD, Eitemad. Egyptian Water Security in view of the Risks Emerged by Construction of the Renaissance Dam. *Middle East Journal of Agriculture*; v.. 07, n. 3, p. 836-846, 2018. Disponível em <<http://www.curreweb.com/mejar/mejar/2018/836-846.pdf>>.

HEMAID, Rania. *Egyptian Foreign Policy* (Special Reference after The 25th of January Revolution). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 2017.

INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES. *Egypt's Key Achievements as UA Chair in 2019*. Disponível em <<https://issafrica.org/pscreport/psc-insights/egypts-key-achievements-as-au-chair-in-2019>>. Acesso em 12 mai 2020.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. *The Military Balance*. Routledge, 2019.

KAMRAVA, Mehran. *The Modern Middle East: A Political History since the First World War*. Los Angeles: University of California Press, 2005.

KASHGARI, Tamim. The African Dimension of Egyptian Foreign Policy. *Inquiries Journal*, v.. 03, n. 09, p. 1-2, 2011. Disponível em <<http://www.inquiriesjournal.com/articles/574/the-african-dimension-of-egyptian-foreign-policy>>.

LACCINO, Ludovica. Grand Ethiopian Renaissance Dam and the Nile Water Dispute. *International Business Time*. 21 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.ibtimes.co.uk/grand-ethiopian-renaissance-dam-nile-water-dispute-1597589>>. Acesso em 7 jul 2020..

MIDDLE EAST INSTITUTE. *Egypt and the African Union*. Disponível em <<https://www.mei.edu/blog/egypt-and-african-union>>. Acesso em 10 mai 2020.

MUTAHI, Basillioh. Egypt-Ethiopia Row: The Trouble Over a Giant Nile Dam. *BBC News*, Nairobi, 13 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-50328647>>. Acesso em 07 jul 2020.

NASSER, Gamal. *The Philosophy of the Revolution*. Livro 1. Cairo: Mondiale, 1955.

PIAZZA, Bárbara. The foreign policy of post-Mubarak Egypt and the strengthening of relations with Saudi Arabia: balancing between economic vulnerability and regional and regime security. *The Journal of North African Studies*. v.. 24, n. 3, p. 1-25, 2018.

REYNOLDS, Paul. African Union Replaces Dictator's Club. *BBC News*, Londres, 8 jul. de 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/2115736.stm>>. Acesso em 07 jul 2020.

ROUSSILLON, Alain. Republican Egypt interpreted: revolution and beyond. In: DALY, M. W. (org). *Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century*. Londres: Cambridge University Press, 2008.

SILVEIRA, Isadora Loreto. Continuidade e Transformação no Egito no Pós-Primavera Árabe: Uma Nova Trajetória de Política Externa? *Conjuntura Austral*, v. 5, n. 21-22, p.. 4-22, 2014. doi: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.45269>.

SROUR, Maged. Water Scarcity and Poor Management Makes Life Difficult for Egyptians. *IPS*. Roma, 27 set. 2018. Disponível em: < <http://www.ipsnews.net/2018/09/water-scarcity-poor-water-management-makes-life-difficult-egyptians/>>. Acesso em 20 jul 2020.

TAHRIR INSTITUTE FOR MIDDLE EAST POLICY. *Egypt Security Watch: Five Years of Egypt's War on Terror*. Washington, 2018. Disponível em: <https://timep.org/wp-content/uploads/2018/07/TIMEP-ESW-5yrReport-7.27.18.pdf>. Acesso em 06 jul 2020.

TOURAY, Omar. THE COMMON AFRICAN DEFENCE AND SECURITY POLICY. *African Affairs*, v.. 104, n. 417, p. 635–656, 2005. Doi: <https://doi.org/10.1093/afraf/adi066>.

**Recebido em 19 de maio de 2020.**

**Aceito para publicação em 24 de junho de 2020.**